



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

Praça. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000

Telefax.: (22) 2668-1135 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail procuradoriagerals@gmail.com

Contrato nº 111-D/2016 – SEMSA/FMS

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM E A CONTRATADA, DJ REIS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO E EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES:

Aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 28.741.098/0001-57, com sede na Praça Amaral Peixoto, nº 46, Centro, Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Presidente do Fundo Municipal de Saúde, Sr^a. Tereza Cristina Abrahão Fernandes e, de outro lado, a Empresa **DJ REIS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.875.815/0001-10, com sede à Travessa Epifânio Quintanilha, 104 – Centro – Rio Bonito/RJ, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Djalma José Reis, portador da Carteira de Identidade nº 0286067371 CNH/RJ e inscrito no CPF sob o nº 026.426.382-00, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 10355, de 06 (seis) de novembro de 2014, Pregão Presencial nº 39/2016, fundamentado no art. 1º, Anexo I e III, art. 3º, Programa 0032, Ação 064 – Ampliação, Manutenção e Execução das Ações de Atenção Básica, Meta 100 da Lei 1667, de 13 (treze) de julho de 2015, respeitado o disposto na Lei 8666, de 21 (vinte e um) de junho de 1993, alterada pela Lei 8883/94 e pela Lei 10520/02, fica a Contratada **DJ REIS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI** autorizada a fornecer os materiais descritos abaixo, devendo observar as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO — Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de equipamentos (cadeira odontológica e outros), conforme especificações contidas no Termo de Referência e Anexo II, parte integrante e inseparável do edital independente de transcrição.

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	V. Unit.	V. Total
4	Suporte para soro, confeccionado em aço inoxidável, com pedestal e altura regulável	Equip.	BK	1	R\$ 260,70	R\$ 260,70
5	Escada de 02 degraus em aço inoxidável	Equip.	BK	1	R\$ 298,40	R\$ 298,40
6	Armário vitrine branco confeccionado em aço/ferro pintado, com 02 portas, laterais de vidro	Equip.	BK	1	R\$ 940,50	R\$ 940,50
7	Balde a pedal/lixeira em aço inoxidável com capacidade de 05 litros	Equip.	BK	2	R\$ 242,20	R\$ 484,40
9	Foco refletor ambulatorial, iluminação de LED, haste flexível. Bivolt 110/220	Equip.	BK	1	R\$ 609,50	R\$ 609,50
11	Carro de curativo, confeccionado em aço inoxidável, acessório(s) balde e bacia	Equip.	BK	1	R\$ 1.119,80	R\$ 1.119,80
12	Reanimador pulmonar manual pediátrico (ambú), reservatório, confeccionado em silicone	Equip.	Oxigel	2	R\$ 189,20	R\$ 378,40
13	Reanimador pulmonar manual adulto (ambú), reservatório, confeccionado em silicone	Equip.	Oxigel	2	R\$ 190,40	R\$ 380,80
Total						R\$ 4.472,50

CLÁUSULA SEGUNDA — DO LOCAL E DA FORMA DE ENTREGA

I – Local de entrega: Almoxarifado da SEMSA, situado à Rua Luiz Gomes, nº 488 – Centro, fornecendo a montagem dos equipamentos.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

Praça. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000

Telefax.: (22) 2668-1135 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail procuradoriagerals@gmail.com

II - Não serão aceitos materiais com prazo de validade, sem certificado e garantia do fabricante em desacordo com o estabelecido pela Lei 8666/93.

III - Entrega única e imediata em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA — DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - O recebimento do objeto caberá ao FMS, nos termos do art. 73, inciso II da Lei Federal 8666/93.

II - Recebimento provisório a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especificações ou quantidades não estejam de acordo com as exigências editalícias, a contratada deverá obedecer o disposto no item V, "a.1" e "b.1".

III - O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo FMS,

IV - O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo FMS, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas.

V - O aceite/aprovação dos produtos pelo FMS não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do(s) material(is) ou disparidades com as especificações estabelecidas.

VI - Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do FMS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO — O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA em contrapartida ao fornecimento dos materiais, a importância global de **RS 4.472,50 (quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

I - O pagamento será efetuado após entrega, conforme Nota Fiscal, devidamente atestada por 02 (dois) funcionários do FMS.

II - A Contratada deverá apresentar a documentação para cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

III - O pagamento será efetuado pelo FMS até o 30º (trigésimo) dia corrido, após entrega e respectiva Nota Fiscal, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta-corrente da Contratada.

IV - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMSJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por um dia de atraso, a título de compensação financeira a serem calculados sobre a parcela devida;

V - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente do FMS, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da Contratada dirigido ao mesmo;

VI - Caso o FMS efetue o pagamento devido à Contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação;

VII - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à Contratada para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fornecer os materiais, em embalagem inviolada de forma a permitir o adequado acondicionamento, e com garantia mínima de 12 (doze) meses, no local de entrega previsto, no prazo estipulado;

II - Cumprir rigorosamente o Código Civil e as Normas Técnicas da ABNT;

III - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Contrato;

IV - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do Contrato, nos limites especificados no art. 65, §§1º e 2º da Lei Federal 8.666/93;

V - Promover, por sua conta, a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto do Contrato;



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

Praça. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000

Telefax.: (22) 2668-1135 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57.

Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail procuradoria.geral@silvajardim.rj.gov.br

VI - Os materiais devem ser de primeira qualidade, de fabricante que possua produtos de notório conhecimento, uso e aceite no mercado. Os materiais deverão ser discriminados detalhadamente sendo informado, peso, medida, modelo, marca e etc. Se forem embalados, as quantidades constantes no interior da embalagem deverão ser especificadas detalhadamente com quantidade e peso. Deverão quando for o caso, conter o selo da entidade reguladora (INMETRO, ABNT, SIF, etc) discriminação técnica ou fórmulas, a data de fabricação e a validade e identificação do fabricante com endereço e telefone para reclamações;

VII - Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

VIII - Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, na forma prevista no Contrato, às suas expensas e sem ônus para a contratante, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, fabricação ou transporte dos materiais empregados;

IX - Substituir o produto, sob pena de aplicação de penalidades, o produto entregue que apresentar em qualquer momento irregularidade que comprometa sua utilização, qualidade ou ainda lhe diminua o valor;

X - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto;

XI - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo relativo ao Pregão, durante todo o prazo de execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I - Proporcionar todas as facilidades para a Contratada executar o fornecimento do objeto do presente, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente de segurança, inclusive aquelas referentes à identificação, trajés, trânsito e permanência em suas dependências;

II - Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Contrato;

III - Fiscalização sobre o aspecto quantitativo e qualitativo;

IV - Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na entrega dos materiais, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

V - Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentar durante a execução do objeto, efetuando o seu atestado quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

VI - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO - O presente instrumento terá o prazo de 30 (trinta) dias, com início na data de sua assinatura e término previsto para 02 (dois) de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, em conformidade com o que dispõe o art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO - A rescisão, com base nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, será proposta com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES - No caso de descumprimento total ou parcial das condições do Contrato, o FMS, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

I - Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de execução do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

II - Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

III - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o FMS rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

IV - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei 8666/93.

V - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da FMS de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

Praça. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000

Telefax.: (22) 2668-1135 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail procuradoriageralsj@gmail.com

VI - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA — As despesas da presente contratação correrão a conta da Dotação Orçamentária nº 103010032.2.064.4490.52.00.00—FMS, Empenhos de nº 207/2016, no valor de R\$ 1.879,00 (hum mil, oitocentos e setenta e nove reais) e 208/2016, no valor de R\$ 2.593,50 (dois mil, quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA — DO FORO — As partes elegem o Foro da Comarca de Silva Jardim para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições anteriores fixadas, as partes firmam o presente Contrato em 07 (sete) vias, de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratadas, e pelas testemunhas abaixo qualificadas, que tudo assistiram.

Prefeitura Municipal de Silva Jardim, 02 de setembro de 2016.

entre as partes
o retardado
comportar-se de modo
ser impedida de licitar
aplicação da Lei nº 10520/02

Tereza Cristina Abrahão Fernandes
SEMSA/FMS

DJ Reis Comercio de Materiais Cirurgicos EIRELI

28.741.098/0001-57
PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Cidade de Silva Jardim - RJ

Testemunhas:

1)
Nome por extenso:
CPF nº 217.090.617-15

2)
Nome por extenso:
CPF nº 197.390.977-34

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA — DO FORO — As partes elegem o Foro da Comarca de Silva Jardim para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

02 de setembro de 2016.

DJ Reis Comercio de Materiais Cirurgicos EIRELI
Contratado

Testemunhas:

1)
Nome por extenso:
CPF nº